



Número: **0056150-37.2018.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **30/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.662,65**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVANA CASSIA BARBOSA DA SILVA (AUTOR)		ESDRAS COSTA LACERDA DE PONTES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
RODRIGO CASTRO DE MEDEIROS (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37290255	30/10/2018 13:02	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
37290300	30/10/2018 13:02	<a href="#">atestdo de óbito Jr com endereço da nossa residencia</a>	Documento de Comprovação
37290318	30/10/2018 13:02	<a href="#">Carta de Concessão _ Pensao Morte Ivana</a>	Documento de Comprovação
37290375	30/10/2018 13:02	<a href="#">carta loberação DPVAT</a>	Documento de Comprovação
37290383	30/10/2018 13:02	<a href="#">certidão de óbito</a>	Documento de Comprovação
37290391	30/10/2018 13:02	<a href="#">cnh</a>	Documento de Comprovação
37290411	30/10/2018 13:02	<a href="#">comprovantes de residencia</a>	Documento de Comprovação
37290447	30/10/2018 13:02	<a href="#">declaração de pobreza</a>	Documento de Comprovação
37290462	30/10/2018 13:02	<a href="#">Declaração do Hospital da Restauração durante o internamento de</a>	Documento de Comprovação
37290501	30/10/2018 13:02	<a href="#">docs da moto</a>	Documento de Comprovação
37290513	30/10/2018 13:02	<a href="#">fipe</a>	Documento de Comprovação
37290594	30/10/2018 13:02	<a href="#">pericia</a>	Documento de Comprovação
37290613	30/10/2018 13:02	<a href="#">procuração</a>	Procuração
37290653	30/10/2018 13:02	<a href="#">rg cpf</a>	Documento de Identificação
37290693	30/10/2018 13:02	<a href="#">sentença</a>	Cópia de Sentença
37290735	30/10/2018 13:02	<a href="#">transito</a>	Cópia de Certidão de Trânsito em Julgado
40122323	18/01/2019 15:45	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
40396007	25/01/2019 09:21	<a href="#">HABILITAÇÃO PERITO</a>	Certidão

40396 539	25/01/2019 09:28	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
40396 540	25/01/2019 09:28	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PE.**

**IVANA CASSIA BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, viúva, do lar, com endereço na Travessa da Calotina 08, Passarinho Olinda-PE CEP 53170-765, portadora da cédula de identidade nº 6385667 SDS-PE e CPF do CPF/MF nº. 067699244-71 por meio de seu procurador que a esta subscreve, com endereço profissional na Avenida Governador Agamenon Magalhães nº 3411, sala 02, Centro empresarial Tavcaruna, Torreão – Recife-PE, onde receberá intimações e demais comunicações, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

**em face de SEGURADORA LÍDER DOS  
CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A,  
inscrita no CNPJ/MF sob o nº.  
09.248.608/0001-04, empresa com sede na Rua  
Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de  
Janeiro / RJ, CEP 20031-205**

, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

**DA JUSTIÇA GRATUÍTA**

De início, requer sejam concedidos os benefícios da **Justiça Gratuita** nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, **apresenta declaração de pobreza** que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

**DOS FATOS**

No dia 23 de dezembro de 2015, no cruzamento formado pela avenida Beberibe com a rua Otavio de Freitas, tudo conforme pericia do local do acidente, em que trafegava o sr Manoel Balbino em sua motocicleta no sentido cidade subúrbio, e no outro lado da faixa, o veículo causador do acidente, que



conforme consta da perícia, realizou manobra sem a devida atenção, provocando o acidente que levou a óbito, o sr Manoel balbino, companheiro da autora, como faz prova em toda documentação acostada.

Não sabe porque excelencia, a autora só foi indenizada de parte do seguro, conforme documento anexo, onde deveria ter recebido R\$ 13.500,00, recebeu tão somente R\$ 7295,89.

Conforme carta com numero de **sinistro nº3160173532**, porém, não fora reconhecido o direito da autora a perceber os valores correspondente ao seguro **DPVAT** de forma plena conforme documento anexo, o que assim encontra-se caracterizando ofensa ao direito da autora, sendo certo, que faz jus ao recebimento do seguro obrigatório **DPVAT** por encontra-se com os requisitos necessários a percepção, conforme determina a Lei.

## **LEGITIMIDADE PASSIVA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório **DPVAT**.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da **SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS**, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

**“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º.** Para operar no seguro **DPVAT**, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios **TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA** em seguro **DPVAT**, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da **SUBSTITUIÇÃO** ora pleiteada, senão vejamos:

**“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES** serão realizados pelos consórcios, **REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.**”

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório **DPVAT** serão, impreterivelmente, pagos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**.

## **DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito da Promovente de receber a sua indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que até o presente momento não percebeu nenhum valor relativo ao pleito devendo a mesma ser indenizado no valor correspondente aos casos de morte no percentual de **100% (Cem por cento)** do valor pago pela indenização in caso, seja no valor de **R\$13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais)**, ao decrescimo do que já foi pago, ou seja o valor a que se pretende receber é de **R\$ 6.204,11 (seis mil duzentos e quatro e onze centavos) mais juros e atualização legais..**

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.



Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é **para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do autor.**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência e o Laudo do IML e os documentos de hospital devidamente firmados por médicos capacitados, suprem a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, **o Promovente faz *juz* a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz *juz* a receber o valor total de R\$13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais),**

#### **DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto passa a requerer:

- a) A citação da demandada na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento do valor total do seguro obrigatório DPVAT, no percentual de **100%, (Cem por cento)**, no valor de **R\$13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais)**, com o decréscimo do que já foi pago, ou seja, pretende receber **R\$ 6.204,11 (seis mil duzentos e quatro e onze centavos)** valor este que deve ser devidamente corrigido e acrescido de juros de mora a partir da data do requerimento administrativo por ser de direito;
- c) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita a autora, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, se prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- d) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;
- e) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Frente ao exposto pugna provar o alegado por todos os meios em direito permitido, através do depoimento do autor, suas provas documentais, periciais e ouvida do réu, requerendo por fim a procedência da ação.

Dá-se causa o valor de R\$ 9.662,65 (nove mil seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)



Valor original: R\$6.204,11

**Valor atualizado pela encoge, com juros: R\$9.662,65**

**Termos em que,**

**Pede deferimento.**

**Recife 30 de outubro de 2018.**

**Esdras Costa Lacerda de Pontes**

**OAB-PE 27771D**

